



**ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo secretários, e verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, deputados, deputada. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Sexagésima Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Setenta da Sexagésima Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 23/2023, do Poder Executivo; Ofícios nºs 733, 755, 757 a 764/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 2.063/2023, da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos; Ofício do Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 882, 901, 904 e 906/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofícios nºs 2.216 e 2.223/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; Ofícios nºs 1.260, 1.261, 1.266 a 1.268/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande; Ofícios nºs 547 e 548/2023, da Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Gleice Jane, Mara Caseiro, Renato Câmara e Junior Mochi. Sobre a mesa, as proposições apresentadas pelos deputados João César Mattogrosso, Lucas de Lima, Junior Mochi, Rafael Tavares, Zé Teixeira, Jamilson Name, Paulo Corrêa e João Henrique. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 5/2023, de autoria do deputado Paulo Corrêa; Projeto de Decreto Legislativo nº 14/2023, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Lei nº 163/2023, de autoria do deputado Gerson Claro. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 162/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada ao senhor Neodi Vicari, e às filhas Bruna Vicari e Rafaela Vicari, que no próximo dia 16 completará trinta anos da empresa familiar Mécarí Distribuidora; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Rafael Tavares, Renato*



Câmara, João César Mattogrosso, Mara Caseiro, Professor Rinaldo, Roberto Hashioka, Pedro Kemp, Jamilson Name e Coronel David. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de julho do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, não há expediente a ser lido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, a aniversariante do mês, deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e na TV Assembleia. Quero agradecer o carinho e homenagem desta Casa, pela passagem do meu aniversário. Trago hoje algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Euro Nunes Júnior, superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), solicitando a viabilização de recursos para obras de recapeamento da malha asfáltica, da BR-376, no trecho que liga dos municípios de Vicentina e Jateí, visto que essa via apresenta inúmeros buracos e pavimento irregular e vem trazendo insegurança para quem trafega por essa região. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Euro Nunes Júnior, superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), para que haja instalação de pelo menos dois redutores de velocidade em um dos trechos da BR-376, que passa em frente à fazenda Recanto dos Sonhos. Essa é uma via muito movimentada, perigosa, onde já foram registrados vários acidentes. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao vice-governador de Mato Grosso do Sul, senhor Barbosinha; ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística; ao senhor Alan Aquino de Mendonça, prefeito de Dourados, solicitando a destinação de recursos para substituição da ponte de madeira localizada sobre o córrego Taquara, na estrada vicinal que fica dentro do distrito de Itahum e a Estação Ferroviária Ministro Pestana, em Dourados. Essa indicação foi encaminhada ao nosso gabinete pelo pastor Gabriel, que é uma importante liderança no distrito de Itahum, e a substituição da ponte de madeira por uma estrutura de concreto, sem dúvida alguma, contribuirá para a economia de recursos públicos, além de garantir a segurança e a qualidade de vida dos usuários desta via, que é uma importante ferramenta aos produtores no momento de escoamento da sua safra. Requerimento. Requeiro



à Mesa, nos termos do artigo 183, do Regimento Interno desta Casa de Leis, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, para que informe os seguintes quesitos: quais são os dados sobre a violência contra a mulher atualizados até a data de hoje; que essas informações sejam encaminhadas com especificação dos casos de feminicídio, violência doméstica, abuso e violência sexual; que sejam especificadas as informações dos dados de violência contra as mulheres indígenas. Caso a Sejusp não possua os dados de violência contra a mulher indígena, requeiro que sejam realizados ajustes do sistema Sigo, no intuito de disponibilizar campo de triagem para cadastro de mulher indígena quando for aberta a ocorrência policial. Destaca-se nesse requerimento as informações sobre violência contra mulher nas aldeias de Mato Grosso do Sul, já que encontramos muita dificuldade em obter esses dados, ou seja, a maioria das fontes de pesquisa não separam os dados da comunidade indígena dos registros gerais. Entendemos que há muita demanda reprimida que concerne à comunidade indígena, de modo que o Sistema Integrado de Gestão Operacional (Sigo), pode contribuir para facilitar o registro de ocorrência de violência contra as mulheres indígenas e, conseqüentemente, revelarem os reais atos de violência contra os indígenas. Dessa forma, este Parlamento terá mais subsídio para trabalhar projetos de leis que acolham as mulheres indígenas. Vale dizer que há muitos casos de violência nas áreas indígenas de Mato Grosso do Sul, e esse é um compromisso do parlamento estadual e do governo de Mato Grosso do Sul. Por enquanto é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar, nos termos do artigo 173, do Regimento Interno, que seja encaminhada a moção de repúdio ao discurso de ódio proferido pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, em razão de ter comparado professores a traficantes, fato ocorrido em evento do movimento pró-armas, no dia 9 de julho, em Brasília. Essa moção de repúdio visa resgatar o respeito aos professores que foram ofendidos e agredidos pelo referido deputado que comparou "professores doutrinadores", entre aspas, expressão cunhada pela extrema direita no País, a traficantes de drogas, afirmando que não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante de drogas que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime. Disse que talvez o "professor doutrinador" seja ainda pior porque ele vai causar discórdia dentro da sua casa, enxergando opressão em todo tipo de relação. Seu pronunciamento foi gravado e transmitido nas plataformas de redes sociais, além de ter sido amplamente repercutido na imprensa. Dessa forma, este parlamentar, em apoio à Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que representam os profissionais da educação, manifesta solidariedade a todos os educadores que são perseguidos e atacados por representantes da extrema direita. Não podemos admitir a continuidade do discurso de ódio contra os professores e contra o processo de conhecimento, que consiste em uma estratégia para desqualificar o trabalho do educador e a importância



da escola como espaço social que possibilita a convivência plural das ideias, a leitura científica dos fatos e a diversidade das relações sociais. O discurso e lascívia do deputado representam ameaça e desprezo aos professores que são os verdadeiros agentes de construção de conhecimento, estímulo à empatia, à convivência social, respeito à diversidade, com vistas à constituição de uma sociedade justa, crítica, e menos desigual. Então, em respeito aos professores, nós apresentamos esta moção de repúdio ao deputado federal Eduardo Bolsonaro. Queremos dizer que a extrema direita tem medo da educação, tem medo de os educadores desenvolverem o seu trabalho que torna os alunos críticos, participativos e conscientes. Nós não vamos admitir qualquer ataque e ofensa aos professores do Mato Grosso do Sul e do Brasil. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado o Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Eu tenho um projeto de lei e duas indicações. Projeto de lei. Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 10% das vagas oferecidas aos estagiários que estejam representando o ensino regular em instituições de educação superior, da educação profissional de ensino médio, da educação especial dos anos finais do ensino fundamental, e na modalidade profissional da educação de jovens e adultos nos órgãos da administração pública direta e indireta, bem como as fundações instituídas pelo poder público, no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Considera-se pessoas com deficiência aquelas definidas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, e a pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Serão assegurados aos estagiários com deficiência as adaptações necessárias ao desempenho das atividades. O direito anunciado nesta lei aplica-se no que couber às Leis nº 2.799, de 18 de fevereiro de 2004, e nº 1780, de 24 de novembro de 1987. Justificativa. O presente projeto de lei justifica o auxílio no processo de inclusão social e profissional das pessoas com deficiência física, mental e intelectual, no estado de Mato Grosso do Sul. Certo de que o exercício do estágio é um ato formador desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos, em que se assegura ao aprendiz uma formação técnica profissional compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. O acolhimento é garantia de pessoas com deficiência no âmbito do trabalho, traz uma melhoria para a sociedade e para a administração pública quanto à inclusão social, tendo como ponto alto a autoestima do indivíduo em processo de formação acadêmica, ou técnica, visando sua autonomia e independência financeira. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), senhor Domingos Sahib Neto, solicitando pavimentação asfáltica em toda extensão do bairro Bosque da Araras, nesta Capital. Indico à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário



municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), senhor Domingos Sahib Neto, solicitando pavimentação asfáltica em toda extensão do bairro Parque dos do Sol, nesta capital. A proposta em questão visa atender a solicitação encaminhada diretamente a esse gabinete parlamentar pelo senhor Lucimar, morador do referido bairro há muitos anos. O motivo dessa comunicação é relatar a situação precária das vias do referido bairro, em especial da rua Durando Pereira da Silva, que apesar de asfaltada, não possui pavimentação adequada. A situação é corroborada pela maioria das ruas do bairro que carecem de infraestrutura asfáltica. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados e a quem nos acompanha através da Rádio e TV Assembleia. Senhor presidente, quero colocar sobre a Mesa três indicações endereçadas à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia aos secretários Janine de Lima Bruno e Domingos Sahib Neto. Quero encaminhar dois requerimentos. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja autorizada a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 31 de outubro corrente, às dezenove horas, para a realização de uma Sessão Solene em comemoração aos quinze anos da Lei nº 3.543, de 17 de julho de 2008, que instituiu o dia 29 de outubro como o Dia do Cerimonialista, no estado de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Solicito à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja disponibilizado esse auditório, com toda a infraestrutura necessária, para que os membros da Comissão de Educação, deputados Rinaldo Modesto, Junior Mochi, João César, Mara Caseiro, e Gleice Jane, em parceria com o Marcelo Miranda, secretário do SEDC, façam um grande debate com os tesouros vivos da cultura. Estou me referindo aos artistas que chegam no final da sua vida e muitas vezes ficam desamparados, doentes, sem condições de comprar remédio para continuar sobrevivendo. É o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, desde o início do governo Riedel, eu tenho conversado com a equipe do governador acerca da participação e da independência do PT no governo do PSDB, no que toca a nossa



indicação para Agraer e para a Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Infelizmente, até agora nada foi feito para dar autonomia para a administração da Agraer, mas nós realizaremos, depois de amanhã, sexta-feira, a IX Conferência da Agricultura Familiar, andando pelo estado, promovendo o governo Riedel. Eu tentei falar com o secretário Jaime Verruk, porque sei que ele que está por trás, ele não me atendeu, mandei um zap para ele e para o Caravina, dizendo que para papel de bobo eu não sirvo. Então, eu estou dando um prazo para eles efetivarem a independência da gestão do PT na Agraer, ou o próximo passo que eu vou propor para a bancada do PT é o rompimento com o governo do Eduardo Riedel. Não é admissível esse tipo de comportamento de criança do tal que eles tratam como Alemão, e digo mais, eu não tenho medo de cara feia. De qualquer forma, se ele não quiser me atender por telefone e quiser conversar pessoalmente, estou à disposição, mas para esse comportamento eu não me coloco. Portanto, ou eles resolvem tirar da Agraer o "pau mandado" do tal do Jaime Verruck, ou o próximo passo para mim é o rompimento com o governo. Feita essa ponderação, quero dizer a Vossa Excelência que já vou começar com algumas atitudes. Estou apresentando treze indicações ao governador e à Agraer, pedindo patrulhas mecanizadas com implementos para os agricultores do município de Jardim; Aldeia Tomásia; Associação do Alto Café, em Dourados; Associação Culturama, em Fátima do Sul; Aldeia Cachoeirinha, em Miranda; Aldeia Curuçu Gambá, em Coronel Sapucaia; Colônia do Pulador, em Anastácio; Assentamento Rio Feio, em Guia Lopes; Aldeia Mãe Terra, em Miranda; Assentamento São Judas Tadeu, em Rio Brilhante; Aldeia La Lima, em Miranda; Aldeia Cabeceira da Água, Taboquinha, Brejão, em Nioaque, e Aldeia Buritizinho, em Aquidauana. Aliás, é bom dizer para o Alemão que esse dinheiro que eu estou pedindo para comprar as patrulhas é emenda minha, e ele não quer gastar, como se fosse particular dele. Aliás, se continuar assim, vou ser obrigado a contar que jogo tem por trás do FCO, deixa comigo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Agraer, solicitando a construção de uma cozinha e um kit de máquinas para processamento de mandioca, para o Assentamento Santa Rosa, em Itaquiraí; uma estufa agrícola para atender agricultores da Associação Terra e Paz, em Naviraí; um forno industrial de panificação para o Assentamento São Manuel, em Anastácio; uma horta orgânica com poço artesiano e sistema de irrigação para a Aldeia Babaçu, em Miranda; uma câmara fria e um kit de máquinas para processamento de mandioca para o Assentamento Angélica, em Angélica; um sistema de irrigação para produção de plantas medicinais no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário Hélio Peluffo, para elaboração de um projeto executivo para pavimentação asfáltica das vias dos distritos Guaçu, Itaum, Picadinha, São Pedro, Panambi, Vila Vargas, Indápolis e Vila Formosa, em Dourados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário Hélio Peluffo, para elaboração de um projeto executivo para reabertura da estrada que interliga o Assentamento Boa Esperança até a Rodovia BR-419, no município de Nioaque. Para finalizar, senhor presidente, requeiro à Mesa, nos termos regimentais, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao procurador-chefe do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul, doutor Silvio



Petengil Neto, com cópia ao procurador da República do município de Dourados, senhor Marco Antônio Delfino de Almeida, requerendo no prazo de quarenta e oito horas, informações do Ministério Público Federal de Dourados, responsável provisório pela atuação nos municípios da abrangência do Ministério Público Federal de Ponta Porã, por não ter apurado até o momento a grave denúncia de negligência por parte do Dsei/MS, que resultou no falecimento de uma mulher indígena grávida de oito meses, seu filho nascituro, na aldeia Potrero Guaçu, no município de Paranhos. Por fim, senhor presidente, eu tenho dezessete requerimentos que até agora não tiveram resposta, mas estou renovando, sob força de lei, pedindo abertura de processo com base na Constituição e no Regimento desta Casa. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Bom dia, senhores deputados, deputadas. Eu estou muito feliz e quero compartilhar com os meus companheiros por que uma coisa é fazer política e outra coisa é fazer conceito. O município de Aral Moreira foi selecionado, em um projeto da Undime, como um dos cinco melhores municípios do Brasil para mexer com a educação básica. Estou apresentando, deputado Zeca do PT, uma moção de congratulação ao prefeito Alexandrino, à professora Verinha, ao professor Jackson, ao Portari, ao Mordonia, pessoas ligadas a nós, que priorizam a educação no município. Quero ressaltar que o melhor Ideb de Mato Grosso do Sul é o de Aral Moreira que foi um dos cinco melhores municípios que trata a educação básica no Brasil com o melhor rendimento para os alunos. Então estou apresentando uma moção de congratulação, e peço ajuda de Vossas Excelências para aprovar. Requeiro a Mesa Diretora, conforme disposições regimentais, após ouvido colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao prefeito de Aral Moreira, Alexandrino Garcia; à secretária municipal de Educação; à coordenadora educacional professora Verinha; ao coordenador pedagógico Sérgio Henrique Ferreira, pela premiação da quinta ação de reconhecimento "Conviva Educação". A presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Paulo Corrêa, em nome de todos os parlamentares desta Casa de Leis, parabeniza as pessoas supracitadas. O "Conviva Educação" publicou no dia 11 de julho de 2023 a relação dos municípios que foram premiados na quinta ação de reconhecimento, e entre os cinco vencedores, Aral Moreira foi o município que representou Mato Grosso do Sul, apresentando relato de experiência, gestão educacional e práticas para ensino de qualidade com equidade. As iniciativas foram escolhidas por meio de uma comissão técnica composta pela Undime e mais seis parceiros, Fundação Itau Social, Instituto Natura, Porticus, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Votorantim e Fundação Roberto Marinho. A ação objetiva valorizar e fomentar o envolvimento da Secretaria de Educação no processo de organização dos estados e dos municípios, gerar melhoria no aprendizado dos estudantes e na infraestrutura das escolas, promover condições adequadas de trabalho para os profissionais da Secretaria de Educação e professores. Os municípios premiados terão divulgação das experiências na plataforma Conviva, serão



anunciados na revista Educação Municipal de 2023, publicado pela Undime, nas redes sociais Undime e Conviva, e poderão participar do programa Canal Futura, sobre os temas inerentes à gestão da educação municipal. Os municípios terão direito a um palestrante para participar do evento presencial em cada uma das cinco Secretarias Municipais de Educação, reconhecidas ao longo de 2024; podendo investir e oferecer educação de qualidade, o que tem sido uma das prioridades da atual gestão, cujo resultado é fruto do empenho da comunidade escolar. Eu gostaria de pedir o apoio de Vossas Excelências para que a gente possa aprovar essa moção de congratulação. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados. Trago aqui uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à diretora-presidente da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (Agehab), senhora Maria do Carmo Avezane Lopes, para que seja feita a constatação, "in loco", e os devidos levantamentos necessários à avaliação das moradias das comunidades Água Funda, localizada no Jardim Noroeste, em Campo Grande. Justificativa. A regularização de moradias existentes é medida primordial para coibir ou ao menos mitigar o déficit habitacional existente no estado. A comunidade Água Funda, como outras existentes em Campo Grande, no Jardim Noroeste, concentra ao menos noventa famílias em situação de vulnerabilidade, situação que precisa ser devidamente levantada pela equipe da Agehab, para avaliar a possibilidade de implementação de programas de melhorias habitacionais ou, a depender dos dados levantados, a transferência dessas famílias para outros locais de habitação digna. Senhor presidente, quem conhece a comunidade Água Funda, sabe a situação que ela se encontra. É uma comunidade que está ali no Noroeste, com predominância de indígenas, então realmente dói o coração ver essa situação de favela em Campo Grande, cidade tão rica e próspera. A Agehab está fazendo um excelente trabalho, inclusive quero aqui parabenizar a doutora Maria do Carmo Avezane, e naturalmente o nosso governador, Eduardo Riedel, porque fez recentemente um programa onde o governo do estado consegue dar vinte e cinco mil reais de entrada para o financiamento "Minha Casa Minha Vida", que vai reaquecer o mercado imobiliário e permitir com que a habitação de interesse social possa ser contemplada. Tão importante quanto isso é a questão da regularização fundiária, que é o que nós estamos trazendo agora, e mais do que isso, um programa que nós estamos desenvolvendo junto com a doutora Maria do Carmo, para podermos fazer a reforma e a melhoria das unidades já existentes. Muitas vezes, quando a gente trata de favela, de comunidade, não é a construção de novas moradias, mas a reforma das que já existem. Eu penso que nós podemos contar com o novo programa, que por ausência de outro nome, nós estamos chamando de "Minha Casa Minha Vida - Minha Casa Reformada", para tentar trazer mais segurança, mais alento e dignidade para as famílias de baixa renda que vivem hoje em comunidades no estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres deputados e deputadas, e a todos que nos assistem. Quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Correa, solicitando providências urgentes para a aquisição emergencial de medicamentos necessários no tratamento de doenças raras, como por exemplo, os medicamentos Gabapentina, para tratamento de Fibromialgia, e o Penicilamina, que trata a doença de Wilson ou Cisteinúria, medicamentos indispensáveis para a manutenção da qualidade de vida de muitas pessoas, além de outros medicamentos solicitados por pacientes que aguardam cumprimento de ordem judicial. Justificativa. A disponibilidade de medicamentos específicos para as doenças raras é crucial para a manutenção da qualidade de vida e a preservação de saúde de um grande número de cidadãos sul-mato-grossenses que sofrem essas enfermidades. Muitas vezes a aquisição desses medicamentos é dificultada pela escassez ou pelo alto custo, situações essas que inviabilizam a compra pelos próprios pacientes ou por suas famílias. Nesse contexto é fundamental que o estado assuma a responsabilidade de garantir esse acesso, mesmo em casos onde não haja obrigatoriedade decorrente de decisão judicial. Essa medida vai ao encontro dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde, bem como do princípio da igualdade que pressupõe o tratamento diferenciado àqueles em situação de maior vulnerabilidade. Nesse sentido, a aquisição emergencial desses medicamentos é mais do que uma necessidade, é uma questão de justiça social, visto que a efetivação dessa compra trará benefícios diretos para a saúde e o bem-estar desses indivíduos, além de representar um reconhecimento da necessidade de políticas de saúde que incluam todos os cidadãos, independentemente da raridade de sua condição. Portanto, conscientes da importância desse tema para a saúde pública de Mato Grosso do Sul, insistimos na urgência dessa demanda e contamos com a pronta ação do secretário, para que o direito à saúde dos cidadãos sul-mato-grossenses acometidos por doenças raras, seja assegurado. Nós temos acompanhado algumas pessoas que estão nessa situação de necessidade de algumas medicações, pessoas com doenças raras que só conseguem a medicação após a ação judicial e mesmo depois de ter essa ação judicial favorável tem dificuldade ou tem que mover ações todos os anos para conseguir uma medicação. Vale ressaltar que quando a ação é favorável para a pessoa obter a medicação, ela deverá ser por toda uma vida. Portanto faz-se necessária uma gestão nesse sentido, para garantir a qualidade de vida dessas pessoas. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Assim eu vou ter que acabar mudando meu nome mesmo, não é presidente? Quero cumprimentar Vossa Excelência, os nobres pares, e a todos que nos acompanham pela TV Alems. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, obedecidos os requisitos

regimentais, a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 23 de agosto de 2023, a partir das dezenove horas, para a realização da Sessão Solene para entrega da comenda "Amigo da Primeira Infância", nos termos da Resolução nº 12/2023. Para o sucesso do evento, requeiro também autorização para a utilização de todos os serviços oferecidos pela Casa, em especial cerimonial, convites, confecção das comendas, de diplomas, segurança, sonorização. Quero fazer a leitura de um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da isenção total na inscrição dos atletas com deficiência e isenção parcial na inscrição dos atletas guias, que são acompanhantes de pessoas com deficiência no pagamento de taxa de inscrição em eventos esportivos públicos, caminhadas, corridas de rua, maratonas, meia maratonas, e congêneres com o emprego de recursos públicos realizados no estado de Mato Grosso do Sul. Por fim somente agradecer a resposta da secretária de estado de Administração, Ana Nardes, em relação ao estudo de viabilidade, implementação e regulamentação do regime de jornada de teletrabalho no governo do estado. Em resposta me foi informado que o estado está realizando uma proposta de regulamentação do teletrabalho para o Executivo Estadual, com alteração na Lei nº 1102/1990, bem como uma minuta de decreto, versando sobre o tema. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados. Tenho algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando providências para o patrolamento e encascalhamento em toda a extensão na Rua Silvio Ayala Silveira, no Jardim Carioca, assim como a Operação Tapa-Buraco, na Rua Brasilândia, no Bairro Tiradentes. O pedido se faz necessário porque no local abriu vários buracos devido às chuvas que vêm acontecendo na cidade, impossibilitando a trafegabilidade dos motoristas e moradores. Solicito também a manutenção e instalação da iluminação pública na Rua Pichuna, nº 240, no Jardim Columbia. Tal pedido se faz necessário porque o local está totalmente escuro, causando medo e transtorno para a população. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, solicitando patrolamento e encascalhamento da rua Esmeraldo Maluf, no Jardim Noroeste; da Rua Livinio Godoy, no bairro São Conrado; da Rua Joaquim Barbosa de Souza, no bairro Jardim Botânico II; da rua Pedra Negra, no Bairro São Conrado. Somente isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transfererida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDINETE**. Antes com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, ontem eu estive em Brasília e conversei com quatro ministros, aliás um ministro e três ministras de destaque no governo do presidente Lula. Tratei com a ministra Simone Tebet e com o Marcio Macedo, secretário-geral da presidência do governo federal, a questão da Bioceânica, que, sem dúvida, é um tema muito relevante. Eu lhes disse que no governo federal, com exceção da Simone, praticamente, ninguém sabe da Bioceânica, ou não quer saber, o que eu acho estranho. Eu disse que é muito importante a conclusão da Bioceânica, senhor presidente, pois Mato Grosso do Sul vai ficar no coração da América do Sul e vai ser a porta de entrada para quem compra grande parte do agronegócio brasileiro, que é o mercado asiático, particularmente a China e o Japão. Inclusive a ministra já tem uma comissão para analisar os aspectos positivos e econômicos do funcionamento da Rota Bioceânica, mas é preciso olhar sob o aspecto dos problemas de ordem social que serão acarretados, como prostituição, exploração de crianças, problemas de ordem ambiental, problemas de ordem de fiscalização do narcotráfico. Eu sugeri e a ministra concordou, deputado Pedro Kemp, chamar a UEMS e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, para fazerem parte dessa comissão para aprofundarmos esse debate e daqui a dois anos ter isso efetivamente montado. O risco com vulneráveis nessa região é muito grande. Outra coisa que eu tratei com ela foi sobre a importância de a gente qualificar a nossa mão de obra. É preciso ter um curso de Comércio Exterior e de Relações Internacionais, preparar nossa moçada para esse novo momento que o estado vai viver. Posteriormente estive com a ministra Cida Gonçalves e com a nossa querida Rose Modesto, superintendente nacional da Sudeco que a partir de setembro recebe recursos ponderáveis do governo federal, e sugeri que trabalhem juntas a ideia de investimentos na Agricultura Familiar aqui no estado e arranjos produtivos locais. A ministra deve fazer uma visita aqui no estado, em agosto, para ir à Miranda ver o trabalho que as mulheres indígenas Terenas, da Aldeia Bananal, de Miranda, fazem, na produção de pães, de hortifruticultura, produtos que são vendidos na cidade. Eu vou levá-las na colônia Santa Terezinha, em Itaporã, para que conheçam a Associação de Mulheres que produzem goiabada cascão, geleia e doces. Então, através de uma emenda parlamentar minha e do deputado Vander, com a força da Rose, da ministra Cida e da ministra Simone Tebet, nós queremos avançar e fazer com que a Agricultura Familiar dê um passo à frente no Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas. (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 03562/2023, 03561/2023); um projeto de lei (Prot. nº 03560/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 03558/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: duas indicações (Prot. nºs 03550/2023, 03551/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: três indicações (Prot. nºs 03548/2023, 03546/2023, 03543/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 03544/2023); um projeto de lei (Prot. nº 03545/2023); duas moções de plauso (Prot. nºs 03547/2023, 03549/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: seis indicações (Prot. nºs 03577/2023, 03578/2023, 03599/2023, 03602/2023, 03606/2023, 03607/2023); três requerimento (Prot. nºs 03603/2023, 03605/2023, 03610/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatorze indicações (Prot. nºs



03569/2023, 03587/2023, 03590/2023, 03592/2023, 03594/2023, 03579/2023, 03570/2023, 03568/2023, 03596/2023, 03585/2023, 03582/2023, 03580/2023, 03581/2023, 03598/2023); um projeto de lei (Prot. nº 03567/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 03552/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 03604/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma moção de repúdio (Prot. nº 03559/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 03565/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 03564/2023); um projeto de lei (Prot. nº 03563/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: cinco indicações (Prot. nºs 03554/2023, 03555/2023, 03556/2023, 03557/2023, 03571/2023); um requerimento (Prot. nº 03566/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: uma moção de congratulação (Prot. nº 03539/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: um requerimento (Prot. nº 03542/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nºs 03553/2023). De autoria do deputado Zeca do PT: dezesseis indicações (Prot. nºs 03583/2023, 03584/2023, 03586/2023, 03572/2023, 03573/2023, 03574/2023, 03575/2023, 03576/2023, 03588/2023, 03589/2023, 03593/2023, 03609/2023, 03612/2023, 03600/2023, 03611/2023, 03597/2023); dois requerimentos (Prot. nº 03608/2023, 03595/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — sem revisão do orador —

Bom dia, senhor presidente, colegas deputados e a todos que acompanham esta Sessão. Nós recebemos, hoje, uma indicação de moção de repúdio do deputado do PT contra a fala do deputado federal Eduardo Bolsonaro, no último final de semana. Eu vou aqui, entre aspas, reproduzir a fala do deputado Eduardo Bolsonaro: “Não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante de drogas que tenta sequestrar e levar nossos filhos para o mundo do crime”. Fecha aspas. Pessoal, nós tivemos um caso aqui, na cidade de Guia Lopes, e eu recebi o vídeo de uma professora de matemática, dizendo que na polícia e no exército só tinha bandidos. Quando essa professora diz isso ela quer colocar a força de segurança como bandida, e indiretamente vitimar os próprios bandidos. Eu quero mostrar para vocês agora um vídeo que tive acesso através da internet. (Exibição de vídeo). Eu cortei o vídeo porque ele tem um minuto e cinquenta segundos, mas quem quiser ter acesso, eu tenho ele aqui. Esse professor deu "chilique" em sala de aula porque um aluno disse que apoiava o ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse professor está dentro dos limites da educação e eu tenho certeza que nenhum pai, nenhuma mãe coloca o seu filho para ficar tomando ralo de professor por conta de política dentro de sala de aula. Então a fala do deputado federal Eduardo Bolsonaro, a meu ver, vai nesse sentido. Trago algumas estatísticas com relação à educação no nosso país. Trinta e oito por cento dos universitários são analfabetos funcionais (estatística); a educação brasileira está em último lugar em ranking de competitividade (CNN); o Brasil ocupa o último lugar da educação entre sessenta e três países (site da UOL). Será que o nosso país passa vergonha em todos os índices de educação por conta desse tipo de doutrinador em sala de aula? Será que há algum exagero na fala do Eduardo Bolsonaro? Por que esse tipo de comportamento destrói a cabeça das crianças e adolescentes? Quem



está falando aqui para vocês hoje, não é o deputado Rafael Tavares, é uma pessoa que frequentou escola, frequentou universidade e foi doutrinado por professor comunista, dentro da sala de aula. Nós temos um projeto aqui na Casa que, infelizmente, foi derrubado pela CCJR, que trata da implementação de câmeras para ter gravações de áudio e vídeo dentro das escolas de Mato Grosso do Sul, para evitar que esse tipo de comportamento aconteça nas nossas escolas. Então, eu quero te dizer, deputado do PT Pedro Kemp, que eu concordo, sim, com uma moção para o Eduardo Bolsonaro, mas essa moção é de congratulação, porque o que ele falou é verdade, e nós não podemos permitir que os nossos filhos sejam doutrinados pelos professores, em sala de aula. Somente isso, presidente.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Permita-me falar aqui da presidência. Eu sou professor, formado em história, inclusive somos considerados doutrinadores, e me parece que o grande erro ou intenção, é uma questão de conceito, deputado. Na universidade, na academia, seja ela no Brasil, na Alemanha, na Europa, o doutrinador é o mestre, o doutrinador é o melhor professor. O deputado João Henrique, que vem da Mackenzie, sabe que é comum a gente citar os grandes doutrinadores do Direito. Quando a gente cita Carlos Ari Shinifil, Maria Silvia de Pietro, os doutrinadores são pessoas que estudaram e inovaram a educação. Quando alguém usa o termo doutrinador, pejorativamente, permita-me discordar de Vossa Excelência, talvez seja erro de conceito. Eu, por exemplo, como professor de história, sempre procurava fazer com que os meus alunos, doutrinariamente, aprendessem a pensar para que ninguém pudesse direcioná-lo a ser seguidor, "Maria vai com as outras". Se eu acho que o melhor caminho é para o lado do barranco, que todo mundo pule no barranco comigo. Então eu acho que o grande erro nessa fala é usar a expressão "doutrinador" pejorativamente, porque doutrinador é a essência do mestre que nós aprendemos na academia, deputado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Muito obrigado, deputado, mas se doutrinamento fosse bom, nós não estaríamos nas últimas colocações no ranking de educação, no Brasil. Permito um aparte, ao deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E aí eu pergunto a Vossa Excelência: nos quatro anos do governo Bolsonaro o que ele fez para melhorar a educação? Teve cinco ministros da Educação, um pior do que o outro, e isso é que levou a piora nos índices da educação do Brasil. Essa perseguição nojenta que vocês fazem aos professores que leva o professor a tirar licença médica, por estar sendo perseguido. Foram cinco ministros da Educação, no pior governo que nós tivemos no Brasil, e que pioraram os índices da educação. Bolsonaro cortou recurso do orçamento da Educação, cortou recursos do orçamento da Ciência e Tecnologia. Sabe por quê? Por que a extrema direita é contra o saber, a extrema direita é contra o conhecimento,

a extrema direita é contra a educação crítica. Vocês tentaram tirar o Paulo Freire como patrono da educação brasileira, o homem que recebeu o prêmio "*honoris causa*", citado por educadores do mundo inteiro. Vocês quiseram tirar o maior educador do Brasil da lista como patrono da educação brasileira. Vocês são a favor do emburrecimento da população, são contra que a população pense de forma crítica. Agora eu quero saber, deputado Rafael Tavares, se Vossa Excelência concorda com a fala do deputado Eduardo Bolsonaro que comparou os professores a traficantes, porque eu vou representá-lo na Comissão de Ética da Assembleia Legislativa da mesma forma que o deputado Bolsonaro está sendo representado na Comissão de Ética da Câmara Federal. Eu não vou admitir ofender professor! E Vossa Excelência está aqui e tem alguma formação, que eu não qual é, é porque passou pelas mãos dos professores. Vossa Excelência não sabe o que é ficar quarenta horas-aula numa sala de aula, e quando um professor perde a calma é porque ele está esgotado física e emocionalmente. Não vou admitir... Quer dizer que quando esses professores falam mal do Lula, está tudo bem, mas se um professor fala mal do Bolsonaro, ele é doutrinador? Eu não vou admitir! O Eduardo Bolsonaro é um ser desprezível, é um miliciano. E aí Vossa Excelência concorda que os professores devem ser comparados aos traficantes? É isso que eu quero saber.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Permita-me um aparte, deputado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Sim. Só um minuto, deputado. Não são todos os professores, são os professores doutrinadores, e aqui eu quero até... A palavra não está com Vossa Excelência. Presidente, a palavra não está com ele.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado...

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Presidente, por favor, peça para ele respeitar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, por gentileza, vamos garantir a palavra ao deputado.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado, presidente. É lamentável esse tipo de postura. Ele é professor e mostra bem porque concorda com esse tipo de comportamento em sala de aula. Eu faço uma correção aqui, talvez não seja "professor doutrinador", mas "professores militantes" que fazem esse tipo de situação dentro de sala de aula. Eu quero concordar com o deputado do PT, Pedro Kemp, que o Paulo Freire, de fato, representa a educação no Brasil, por isso que a gente está em último lugar. Permito um aparte para o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Deputado Rafael, eu observei a fala de Vossa Excelência e até a título de esclarecimento público, uma vez que nós relatamos na data de hoje o projeto de sua autoria com relação à

obrigatoriedade de instalação de câmeras dentro de todas as escolas estaduais do estado de Mato Grosso do Sul. Quanto ao parecer da CCJR, quero aqui colocar alguns pontos, foi pela inconstitucionalidade do projeto de lei por uma série de problemas. Eu acho que a gente tem que fazer esse debate com responsabilidade porque esse é um projeto que cria despesa, e Vossa Excelência não apresentou qual é a fonte de anulação para que nós pudéssemos colocar dentro do orçamento. Todos os deputados aqui presentes sabem que projeto que cria despesa e não mostra a fonte de anulação, de compensação, é ilegal e inconstitucional. Isso é primário para todos os deputados e o público precisa saber que o projeto tem vícios, o projeto tem problemas. Um segundo ponto é que o projeto contraria textualmente o artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que eu vou ler. Artigo 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, sublinhe-se, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Então, o ECA é taxativo em dizer que é necessário preservar a imagem, e se colocar câmera dentro da escola afronta isso. O que eu quero dizer é que nós temos que fazer esse debate com responsabilidade, porque não é possível que a gente leve o público a acreditar que o atraso da educação brasileira se deve única exclusivamente de um comportamento errado de um professor. Então, em alguns casos, existe doutrinação, como aquele professor que o senhor mostrou ali, está errado, ele se excedeu, não é a maneira correta, mas aquilo é exceção. O que não pode acontecer é nós colocarmos todos os profissionais da educação dentro do mesmo balaio, não é justo. O Brasil está atrás do ranking do piso internacional porque nós temos um dos piores investimentos em educação entre todos os países pesquisados, nós temos renda per capita baixa, nós não temos currículo, nós não temos prova, nós não temos medição de desempenho, nós não temos gratificação por aluno, nós não temos gratificação para o professor. Então é um conjunto complexo, multicausal de coisas e não dá para a gente fazer esse Fla-Flu e colocar Lula e Bolsonaro em todos os temas.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado pelo aparte, deputado. Queria só dizer que não são todos os professores, são as exceções, mas como que a gente vai descobrir essa exceção se a gente não pode filmar e gravar a aula do professor. Hoje, aqui, Vossa Excelência falou em defesa da pluralidade de ideias, mas quando o aluno coloca a opinião dele a favor do Bolsonaro, o professor dá chique, e se não filmar, não tem como saber. Esse projeto é para proteger os professores, mesmo porque uma gravação seletiva pode prejudicar o profissional. Então, se a aula for gravada e filmada, o professor pode ir na direção da escola mostrar o contexto do que foi falado. Isso também é defesa dos bons professores, dos pais e dos alunos. Um aparte, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, eu ouvi com muita atenção o debate, mas, na minha opinião, Vossa Excelência foi infeliz ao fazer a comparação desse professor, cujo vídeo foi gravado sem câmera, mesmo porque todo aluno tem seu aparelho celular e, se ele quiser, pode gravar. Na minha visão, a comparação de Vossa Excelência é muito forte. Eu não concordo em comparar o professor com traficante, mesmo sendo maluco igual esse que o senhor mostrou o

vídeo, que é uma exceção. Nem esse eu compararia. É muito forte o que foi dito, porque não existe país emergente que saia para um país de primeiro mundo, sem educação. Então o professor, hoje, no Brasil, ainda substitui os lares destruídos, pois as crianças chegam ali sem um pingão de educação e o professor paga o preço, tanto é que alguns até são assassinados e apanham em sala de aula. Eu, definitivamente, não concordo com o que Vossa Excelência falou, por pior que exista 1%, 0,5%. O que foi gravado na sala de aula em Guia Lopes, não é a educação que eu conheço. Eu sou amigo pessoal de vários professores que sofrem na pele, tanto com salário baixo, quanto com as condições em salas de aula que muitas vezes não têm nem carteiras. Nós admitimos que esse professor gravou esse vídeo porque o filho de um produtor rural, despreparado, disse que era bolsonarista. Qual seria o papel dele? Nós estamos aqui para ensinar o saber, a política deve ser tratada fora da sala de aula. Ele não deveria ter entrado na celeuma, mesmo porque um petista poderia ter dito que era lulista. Na verdade, eu gostaria de colocar câmera fora da sala de aula, para evitar o bandido, para evitar a droga, e digo mais, esse professor deve estar com vergonha do que Vossa Excelência está mostrando aqui.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado pelo aparte, deputado. Apenas fazendo a correção novamente, a fala do deputado federal Eduardo Bolsonaro foi direcionada apenas aos professores doutrinadores, mesmo porque nós respeitamos todos os bons professores e os defendemos. Concedo o aparte ao deputado João Henrique Catan.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Rafael Tavares, eu gostaria de cumprimentar Vossa Excelência pelo projeto de lei, até porque ele é muito maior do que a discussão que é travada neste Plenário por ora, de caráter ideológico. Ter as aulas gravadas hoje em dia é um sinal de avanço tecnológico, visto que os maiores países que possuem os maiores índices de educação gravam suas aulas para que o aluno assista posteriormente. O senhor não entendeu, esse negócio de reforço escolar, de revisão, é passado. Atualmente o aluno pode assistir trinta vezes uma aula no YouTube, ou a explicação de algum professor, e isso já está funcionando. Então, negar o projeto de Vossa Excelência é negar a realidade acadêmica internacional, e eu não estou falando do ensino infantil, estou falando inclusive de pós-graduação. Na época da pandemia, o estado entregou como solução o sistema de gravação on-line das aulas para as pessoas estudarem. Agora, o EaD também vai ser extinto? Concordo com Vossa Excelência que a gravação constitui um meio de prova para qualquer lado aplicar aquilo que estiver dentro da lei, e discordo plenamente do vice-líder do governo que veio aqui dizer que o projeto de Vossa Excelência não foi aprovado porque não indicou a despesa, que seria inconstitucional. Pois eu digo que inconstitucional é o que a CCJR tem feito ao aplicar esse entendimento. Hoje foram derrubados pela CCJR seis projetos do deputado Antonio Vaz. O Supremo Tribunal Federal diz que não se pode criar a despesa que é competência privativa no exercício atual, mas que para o posterior isso é plenamente constitucional.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu tenho dois minutos do aparte presidente. Então a CCJR erra quando arquiva o projeto do deputado Rafael Tavares, e acho que nós, do Plenário, deveríamos nos unir para que fosse feita uma alteração na CCJR. Assim como funciona na Câmara, negou por cinco a zero, não veio à Plenário, que faça uma colheita de assinaturas mínima para que esse parecer seja votado aqui no Plenário, para que a vontade de cinco não prepondere sobre o Plenário porque, esse sim, é soberano. Então, esta Casa tem que avançar, parar de deixar a CCJR antecipar as discussões e no mérito negar aquilo que deveria ser discutido no Plenário. A CCJR não pode discutir conteúdo, não pode discutir mérito. Vossa Excelência acerta, é um projeto bem-vindo, que se for implementado adequadamente trará avanços e benefícios para educação do estado de Mato Grosso do Sul, que vai mal.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Muito obrigado pelas palavras, deputado João Henrique. Concedo um aparte à deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu, como professora que sou, gosto de começar a dialogar, perguntando e faço aqui uma pergunta aos presentes, aos nobres deputados e ao Plenário: alguém de vocês foi doutrinado na escola? Suas ideologias foram construídas a partir do que os professores disseram? Vocês conhecem alguma pessoa que teve a sexualidade alterada por uma organização da escola? Nós devemos começar a perguntar se realmente nós queremos debater a escola. Acho esse debate em torno de acusação sobre professores e professoras que a extrema direita trouxe para o cenário da educação, muito rebaixado, não contribui para a evolução. Nós queremos debater a educação, discutir as novas metodologias, discutir o orçamento da educação, discutir as condições que os professores e professoras estão nas escolas. Eu estava na sala de aula até o início do ano, eu tinha vinte e uma salas de aula, três escolas, seis coordenações, três direções, mais de oitocentos alunos para atender toda semana. Fora isso eu tinha que fazer o planejamento para vinte e uma salas de aula, cada coordenação com uma orientação, planejamento para avaliar... Professor não tem tempo de ter contato com aluno, estabelecer vínculo com outros professores, com a escola. Que condição eu tinha de evoluir no processo da educação? Então, se quisermos discutir a educação, vamos discutir a partir do que é real para saber quais são os problemas que existem realmente. Eu já fiz esse chamado para a Secretaria de Educação, já avisei isso para o governador Riedel, e essa é uma porta que nós queremos debater. Estamos aqui conversando com os deputados Rinaldo, Junior Mochi, dizendo que as comissões precisam se reunir para a gente fazer um debate sobre a educação, mas é um debate sério. Vamos discutir sobre a formação de professores, sobre as condições econômicas das escolas, discutir os debates que tem nas escolas, vamos ouvir a categoria, vamos ouvir quais são os problemas. Então, deputado Rafael Tavares, se fizermos um processo de escuta do que está acontecendo na escola, e o meu mandato está fazendo isso, nós vamos realmente caminhar para debater a educação de maneira séria. Agora, esse debate de ficar chamando professor de doutrinador? Vamos trazer pesquisas que mostram isso, vamos trazer dados, porque a educação é a partir da ciência. Portanto se nós queremos debater a educação, vamos debater com

quem conhece a educação, com quem sabe da educação, porque fora disso esse debate é raso, não traz elementos importantes, não colabora, não ajuda avançar. Então, eu faço um convite aos deputados e às deputadas: vamos debater a educação com seriedade porque a gente precisa de transformação e não do rebaixamento dessa pauta. Obrigada.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Obrigado pelo aparte, deputada. Se quiser gravar no meu gabinete lá vão ouvir falar bastante sobre [Trecho inaudível]... Modo PT. Para finalizar, quero só lembrar que o maior aumento dos professores, em torno de 3%, foi concedido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o Deputado Pedro Kemp, que disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Primeiro eu quero começar falando dessa última mentira que o deputado Rafael Tavares acabou de dizer, que o maior aumento concedido aos professores foi do inominável. Isso é mentira, deputado, porque esse aumento foi concedido pela lei do piso nacional de salário dos professores, que foi sancionada no governo do PT. Se os professores, hoje tem um salário decente é graças ao presidente Lula, a história do PT, e a história de militância do movimento dos professores. O Bolsonaro não concedeu aumento, ele apenas cumpriu a lei como todos os outros presidentes fazem todos os anos, e o PT também cumpriu, haja vista que os professores vão ter um aumento de 17%, agora em outubro, e no início do ano já tiveram aumento de acordo com a lei do piso. Quero dizer também, deputado, que o ex-presidente, inelegível, teve cinco ministros da educação, e esses índices de piora da educação que Vossa Excelência mostrou aqui são reflexo do caos que foi instalado no Ministério da Educação. O primeiro ministro da Educação do Bolsonaro, você se lembra, ele era colombiano, não sabia nem falar português direito, caiu por incompetência, e um outro, o pastor Milton Ribeiro, tentou fazer o esquema de propina com barras de ouro no Ministério da Educação. Esse é o governo que Vossa Excelência defende, que fez do Ministério da Educação um balcão de negociação de propina, um governo incompetente que acabou com as políticas públicas sociais. Agora comparar professor a traficante é o fim da picada! É o fim da picada! E vou dizer, deputado Rafael Tavares, que se Vossa Excelência ficar pegando minha fala aqui no Parlamento, se os seus assessores ficarem editando videozinho, alterando a minha fala, editando a minha fala, publicando em um site atrás do qual Vossa Excelência se esconde, que é o tal de EnDireita MS, Vossa Excelência vai começar a responder na Justiça, porque a sua assessoria pega a minha fala aqui no Parlamento, edita e acelera a minha fala, para fazer bonito para sua base eleitoral. Eu não dou permissão de uso da minha imagem, e as pessoas vão ter que responder na Justiça. Vossa Excelência gosta de uma polêmica em torno de pautas da extrema direita para depois usar, e tem usado a minha imagem, indevidamente, editando a minha voz, editando o meu discurso. Então, se o senhor quer passar para sua base eleitoral o que eu falei aqui, coloque na íntegra, coloque na íntegra! Os marginais da



política que estiveram à frente do governo Bolsonaro, hoje estão na CPI, prestando depoimento sobre a tentativa de golpe neste país. O marginal da política Eduardo Bolsonaro, querer comparar professor a traficante? E a que nós vamos compará-lo? Nós vamos comparar a que a família Bolsonaro? Então, o senhor põe meus vídeos na íntegra para os seus eleitores, para eles saberem do debate que está sendo feito aqui, e toda vez que ofenderem o professor, o educador em sala de aula, exercendo a liberdade de cátedra, exercendo o seu ministério de educar, eu vou fazer a defesa deles. Eu vou fazer a defesa deles! O seu projeto para colocar câmeras na sala de aula foi derrubado porque é inconstitucional. Vocês querem filmar profissionais para saber se eles estão falando mal ou bem do Bolsonaro? Tem que colocar câmera nos consultórios médicos, nos consultórios odontológicos, nos escritórios do agronegócio, para saber o que todo mundo está falando. Durante a campanha eleitoral, muitos pacientes me informaram que foram ao médico e que, se aproveitando daquela situação, ele colocava a candidatura do Bolsonaro para o seu paciente. Fizeram isso.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Permito.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — O senhor quer comparar um cliente de um consultório com um aluno que o pai e a mãe colocou dentro de sala de aula para aprender matéria e não política. Pelo amor de Deus, não faz sentido algum. Eu queria só registrar aqui o movimento conservador EnDireita MS, eu não me escondo, eu sou fundador do movimento. Todo mundo que votou em mim, sabe que eu sou o fundador.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então põe lá, fundador Rafael Tavares, e se responsabilize pelos vídeos que estão lá. Diga: eu que fiz.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Se Vossa Excelência se sentir prejudicado, o senhor pode processar, mesmo porque o movimento é aberto, eu sou o coordenador. Acredito que a imagem do senhor como parlamentar é pública, e a sua aqui no Parlamento, todo mundo que quiser, pode assistir.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Mas não muda a minha voz

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Ah! Você não gostou de afinar a voz?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É engraçado, não é? Não muda a minha voz !

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Só para fazer graça, deputado.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Se quer colocar a minha fala lá não mudada minha voz, não edita.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Eu vou pensar, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não edita, coloque na íntegra o que eu estou falando aqui agora para o senhor. Querer manchar a imagem dos professores? Eu não vou permitir! Querer comparar professor a traficante? Eu não vou permitir! Coloque a minha fala do jeito que eu estou falando aqui, não edita, isso é coisa de quem vive de fake news, de mentiras, inclusive vocês não quiseram aprovar o projeto para combater as fake news. Mentiras! Vocês sempre se alimentaram de mentiras. Bolsonaro foi eleito graças à rede de fake news, e nós vamos combater isso, nós vamos combater essa extrema direita que colocou no coração de muito brasileiro esse sentimento de ódio, de tolerância, machista, homofóbico. Nós queremos uma sociedade justa, de fraternidade, de solidariedade. Muita gente passou a colocar para fora esse sentimento desprezível que existe no ser humano por causa desse governo de pessoas despreparadas. Então, deputado, coordenador do movimento, Endireita MS, coloque a minha fala na íntegra, para os seus doutrinados, para que eles saibam exatamente como é feito o debate aqui nesta Casa.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Permita-me um aparte, deputado?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permito um minuto, visto que estamos com o tempo encerrado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Só queria colaborar com esse debate sobre as câmeras na sala de aula, que realmente é inconstitucional porque nós temos, nas escolas, situações das mais diversas e todos os problemas sociais estão dentro da escola. Se nós queremos discutir problema na escola, temos que entender todo o processo da sociedade, todas as situações, inclusive situações de violência. Nós temos crianças nas escolas sob situação de medida protetiva, e quando a gente fica estimulando a filmagem de crianças, expondo isso na rede, nós estamos contribuindo com a manutenção e o aumento da violência contra as crianças e contra as mulheres. Então, acho que esse debate da educação precisa ser feito com seriedade, com dados, e com o que é real. Esse monte de fake news sobre doutrinação, esse rebaixamento da política, precisa acabar. Eu acho que esta Assembleia precisa começar a fazer um debate sério sobre a educação no Mato Grosso do Sul. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu encerro meu discurso dizendo que não autorizo o uso indevido da minha imagem em vídeos editados. Não autorizo. Está avisado. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação. Eu gostaria de



cumprimentar e agradecer a presença do Bruno Dantas, vice-prefeito do Coronel Sapucaia, e do Denilson Dias, vereador do município de Laguna Carapã.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Há dois itens por inversão. Gostaria que os deputados prestassem atenção aos Itens 5 e 6 que serão antecipados a pedido da Primeira-Secretaria. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 162/2023. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração da execução da lei orçamentária". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 162/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Matogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 5. Projeto de Lei Complementar nº 09/2023. Autor: Tribunal de Contas. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei Complementar nº 09/2023, de autoria do Tribunal de Contas de MS.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor Presidente, são vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto, por unanimidade dos presentes. Vai à segunda discussão. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 010/2023. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 23/GABGOV-MS. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, que aprova a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, dispõe sobre sua organização institucional e as carreiras, os direitos e as obrigações dos seus membros, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei Complementar nº 010/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor Presidente, são vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Projeto de Lei nº 087/2023. Autor: deputado Neno Razuk. Processo nº 109/2023. Mensagem nº 17/2023. Veto parcial ao Projeto de Lei nº 087/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Centrais de Abastecimento Administradas do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à manutenção do veto parcial, tendo como relator o deputado Junior Mochi. O voto favorável é pela manutenção do veto parcial. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 087/2023, de autoria do Deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Declaração de voto, senhor presidente. Queria dizer que com a publicação da lei, o decreto vai deixar de existir, vai começar a valer a lei. Eu não entendi o porquê desse veto, mesmo porque vai acontecer naturalmente. Eu não entendi, achei uma preciosidade. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Declaração de voto, senhor presidente. Mesmo considerando que esse veto do governo não prejudica em nada o projeto apresentado pelo deputado Neno Razuk, entendo que foi preciosismo por parte do governo do estado, porque quando a gente aprova uma lei aqui nesta Casa, até por conta da hierarquia das leis, todos os decretos que falam em algo contrário daquilo que foi aprovado aqui, tacitamente estão revogados. A justificativa da assessoria jurídica do governo foi por conta de que o projeto que seria apresentado pelo deputado Neno Razuk estaria invadindo a atribuição exclusiva do Executivo, e revogaram para cá. Por entender dessa forma, voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLAICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Matogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto, senhor presidente. Eu votei contra esse projeto, mas tecnicamente há necessidade de mencionar. Um decreto tem a pré-existência de uma lei, ele é inerente à própria atividade administrativa, então eu não acho necessário reafirmar ou emprestar algum tipo de legitimidade. Então, é muito próximo do que disse o meu colega deputado



Coronel Davi e acredito que a lei, por si, só tem a sua autonomia, não é nem só um preciosismo, mas a invasão de competência legislativa nossa, já que temos prerrogativa para legislar os decretos que se adaptam às leis que são feitas nesta Casa. Então vou votar contra também, por esse motivo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, o voto pela manutenção do veto, se fizerem a leitura do parecer, é justamente porque a revogação é tácita, então o voto não interfere, não vai mudar o escopo da lei. A lei apresentada pelo deputado Neno Razuk é extremamente importante, e o veto foi apenas para excluir onde ela está dizendo expressamente a revogação do decreto. O decreto não tem força maior do que a lei, pelo princípio da hierarquia das leis, mas mesmo assim, como não interfere e não modifica, nós votamos favorável ao veto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa? Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, presidente! Pela preciosidade dos argumentos que o deputado Coronel Davi justificou o seu



posicionamento, e não deu absoluto aborrecimento com o governo atual, eu voto apenas o resultado do veto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São quatorze votos favoráveis e oito votos contrários, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mantido o veto. Vai ao arquivo e publica-se a lei tal qual. Item 3. Em discussão única. Projeto de Lei nº 164/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Comunidade Terapêutica Esquadrão Resgate Siloé, com sede no município de Dourados-MS". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 164/2023, de autoria do Deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?



DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa? Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu gostaria de cumprimentar o deputado Neno Razuk pela iniciativa, sei que estamos votando aqui em primeira. Essas instituições têm feito um trabalho brilhante, até porque elas preenchem uma lacuna deixada pelo estado brasileiro que infelizmente não tem profissionais preparados para trabalhar com dependentes químicos e tratar umas das piores patologias existentes na Terra. Portanto, esses homens e mulheres, deputado Londres, são anjos de Deus que foram escolhidos para justamente atender essas pessoas neste momento de tanta degradação humana. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Registro a presença dos vinte e quatro deputados em Sessão, a penúltima, no encerramento do semestre. Muito trabalho nas comissões. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 092/2023. Autor: deputado João César Matogrosso. "Intitui, no estado de Mato Grosso do Sul, a Semana de Conscientização e Prevenção aos Males Causados pelo Uso de Celulares". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 092/2023, de autoria do deputado João César Matogrosso.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Vota sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira ?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro – PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CAMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emenda. Quero pedir esforço concentrado dos deputados, porque temos projetos para votar amanhã que ainda estão nas comissões, lembrando que nós já encerramos o projeto com a LDO. Tenho uma reunião na presidência e solicito ao deputado Renato que assuma os trabalhos.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 7...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Parabéns, deputado Renato Câmara, pela presidência desta Casa. Quero registrar e agradecer a presença, neste Plenário, do vereador Demilson Dias, do Patriota de Laguna Caarapã.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria de pedir vista do Item 21 da pauta, moção de congratulação ao senhor Roberto Campos Neto. Quero entender o porquê da congratulação a este presidente do Banco Central que está boicotando a economia brasileira.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Vista concedida. Item 7. Em discussão única e votação simbólica: dois requerimentos, trinta e nove indicações e vinte moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão.



Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da Senhora Thayna Barbosa. Proposta pelo Deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do Senhor Walter Schinelo. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h 27min).